

## A fadiga democrática

Gaudêncio Torquato (\*)

*O mundo padece de síndrome da fadiga democrática*

A pertinente observação é do escritor, jornalista e poeta belga David Van Reybrouck, para quem as Nações atravessam um momento de saturação em seus sistemas democráticos. Quais seriam os sintomas da síndrome? Vejamos alguns: apatia do eleitor, abstenção às urnas, instabilidade eleitoral, hemorragia dos partidos, impotência das administrações, penúria no recrutamento, desejo compulsivo de aparecer, febre eleitoral crônica, estresse midiático extenuante, desconfiança, indiferença e outras mazelas.

Arremata o belga: “a democracia tem um problema sério de legitimidade quando os eleitores não dão mais importância à coisa fundamental, o voto”. A análise está expressa no interessante livro ‘Contra as Eleições’, que acaba de ser traduzido aqui no Brasil. O nome do livro sinaliza para a hipótese levantada pelo autor de que, nesses tempos de populismos baseados no medo e na desconfiança generalizada das elites, é o caso de se abolir o processo eleitoral e voltar ao que ocorria há 3.000 anos de história da democracia, quando inexistiam eleições e os cargos se repartiam por meio de uma combinação de sorteios e ações voluntárias.

Ou seja, quando a política era missão, não profissão como hoje.

O fato é que a democracia, como já escreveu de maneira densa e farta Norberto Bobbio, o grande cientista social e filósofo italiano, não tem cumprido as tarefas inerentes ao seu escopo, entre as quais, o acesso de justiça para todos, a educação para a cidadania, o combate ao poder invisível, a transparência nas ações de seus protagonistas.

Em seu ‘Futuro da Democracia’, Bobbio mostra os caminhos a percorrer pela democracia na direção do amanhã, sem deixar de caracterizar o insucesso do Estado no combate às pragas da modernidade, a partir do poder invisível que se incrusta nas malhas intestinas da ad-

ministração pública. O poder visível, formal, está perdendo a batalha. Não é a toa que, a par dos aparatos tecnológicos que ancoram os mecanismos do Estado – Tribunais de Contas, Ministério Público, Polícia Federal, Tribunais Eleitorais e outras instâncias do Judiciário – a corrupção continua grassando a torto e a direito.

Para termos uma ideia mais abrangente da crise que permeia o sistema democrático, nos quadrantes do planeta, podemos inserir no debate outros eixos, como os alinhados por Roger-Gérard Swartzemberg: o arrefecimento das ideologias, o declínio dos partidos, a desmotivação das bases, a perda de poder dos Paramentos, o refluxo das oposições. Há, como se pode observar, aqui e alhures, certo esgotamento – sensação de ineficiência – das democracias. Que não dão respostas satisfatórias às demandas da sociedade. Esse fato tem explicação ainda no aparelhamento burocrático do Estado.

Uma tecnocracia se instala nas estruturas administrativas, tornando complexa a execução de tarefas e programas, estrangulando os fluxogramas. Deriva daí a inoperância do Estado.

A crítica coloca em evidência o fato de que as eleições estão perpetuando a continuidade das elites no comando dos poderes do Estado. A eleição de um governante pelo voto popular não seria suficiente para dar a ele legitimidade, eis que será engolido, mais cedo ou mais tarde, pela ineficiência do Estado em atender às demandas das massas.

Mas que outra solução haveria? Sortear os cargos entre o povo? Quem garante que essa modalidade de democracia não implicaria a implantação do caos?

Este ano teremos um pleito muito competitivo e de discurso contundente. Como fazer para darmos um passo mais avançado em nossa democracia de forma a garantir o compromisso da política junto ao povo?

Deixo que o eleitor reflita sobre essa inquietante pergunta.

(\*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação Twitter@gaudtorquato.

# Decreto deve ajustar reforma trabalhista, após MP perder validade

O governo deve editar nos próximos dias um decreto para ajustar pontos polêmicos da reforma trabalhista

Esses trechos já haviam sido alterados pela MP 808/17, em vigor desde novembro, mas perderam a validade desde ontem (23), já que o Congresso perdeu o prazo para transformar as modificações definitivamente em Lei. A MP foi editada, mas sequer começou a tramitar na primeira fase de análise, no caso, uma comissão especial composta por senadores e deputados. Sem acordo e com quase mil emendas apresentadas ao texto, nem o relator dessa comissão chegou a ser designado.

A MP deixava claro que as mudanças da lei se aplicavam, na integralidade, aos contratos de trabalho vigentes. Além disso, ela tratava de polêmicas como, por exemplo, contrato intermitente, negociação coletiva, jornada 12 x 36 e atividade



Após Medida Provisória perder validade, decreto deve ajustar reforma trabalhista.

insalubre desenvolvida por gestantes e lactantes. Com a perda de validade da MP, voltam a valer as regras anteriores. O texto definia que valores de indenização por dano moral deveriam ter como referência o teto de benefício da Previdência Social (hoje em 5,6 mil). Agora, o limite deve ser o último salário

contratual do empregado — até três vezes, quando a ofensa é de natureza leve e, nos casos gravíssimos, chega a 50 vezes.

Também deixa de ser obrigatória a necessidade de acordo ou convenção coletiva para a jornada 12 x 36 horas: a Lei 13.467/17 permite a prática mediante acordo individual

escrito. A reforma trabalhista não mais impede que grávidas atuem em atividade insalubre, enquanto a MP determinava o afastamento da funcionária durante toda a gestação. Outro ponto diz que quando um profissional autônomo é contratado, deixa de existir impedimento para cláusula de exclusividade. Com a perda de validade da MP, também acaba com a quarentena de 18 meses para o empregado celetista demitido retornar à mesma empresa com outro contrato, na modalidade intermitente.

A não aprovação da medida também acaba com a garantia de que a gorjeta não pertence aos patrões e sim aos empregados. A regra, que determinava inclusive que o valor recebido pelo trabalhador como gorjeta deveria ser anotado na carteira de trabalho, passa a não existir mais (ABR).

## Aumento dos casos de bullying em São Paulo

O senador Aírton Sandoval (PMDB-SP) lamentou que as escolas públicas estaduais de São Paulo tenham registrado 484 casos de bullying em 2016 e 564 no ano passado. De acordo com o senador, os números representam os registros de ocorrências escolares, em que o aluno denuncia as humilhações sofridas por colegas e pede ajuda à direção da escola.

Segundo Sandoval, no ano passado mais de 52 mil profissionais foram qualificados para lidar com a violência nas escolas de São Paulo. Além disso, uma cartilha educativa sobre o problema foi lançada em 2016. O senador destacou a aprovação pelo Senado, na última terça-feira (17) do projeto que reforça a lei de combate ao bullying e inclui, entre as atribuições das escolas, a promoção da cultura da paz e adoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todo tipo de violência. “Esse monstro que tem se insurgido sobre crianças e adolescentes precisa ser atacado e extirpado da sociedade”, afirmou o senador (Ag.Senado).

## Sancionada lei que eleva pena para roubo com uso de explosivos

O presidente Temer sancionou ontem (23) lei que aumenta a pena para modalidades de roubo e furtos com o uso de explosivos. A lei também prevê que os bancos devem instalar dispositivos que inutilizem as cédulas dos caixas eletrônicos em caso de explosão. Temer comunicou a sanção da lei em vídeo publicado no Twitter: “Sancionei projeto que diz respeito à segurança pública, e duas medidas importantes foram tomadas. Uma primeira é que aumenta a pena se o assaltante levar consigo materiais explosivos ou artefatos que possam permitir a feitura de explosivos”, disse o presidente no vídeo.

“Outro ponto é que, se houver explosão de um caixa eletrônico, haverá um sistema pelo qual as notas que estão no caixa eletrônico ficarão inutilizadas, ou borradas de tinta, ou até destruídas”, acrescentou. O projeto, que



Em caso de explosão de caixa eletrônico, as cédulas ficarão inutilizadas.

foi aprovado no Senado em março e seguiu para sanção presidencial, eleva em dois terços a pena por roubo quando há uso de explosivos para destruir um obstáculo. A prática de furto com o emprego de explosivos passa a ser uma modalidade de furto qualificado, com pena de quatro a dez anos de prisão. O furto e o roubo dos equipamentos explosivos também tiveram as

penas aumentadas.

O texto aprovado obriga os bancos a instalar nos caixas eletrônicos tecnologias que inutilizem as cédulas em caso de ataque com alternativas como a dispensa de tinta, pó químico ou ácidos ou mesmo com a incineração das notas. O texto foi sancionado sem vetos pelo presidente Temer, de acordo com informações do Palácio do Planalto (ABR).

## Senado prestou homenagem às tradições gaúchas

Edilson Rodrigues/Ag.Senado



Senador Paulo Paim (PT-RS): a força das tradições gaúchas.

O estudo e o aprofundamento da compreensão sobre a cultura de determinada sociedade podem servir como uma das bases de seu modelo educacional e levar a uma economia mais inclusiva, disse a senadora Ana Amélia (PP-RS) na sessão especial no Senado que homenageou, ontem (23), os grupos voltados à preservação e à divulgação das tradições gaúchas.

Foram homenageados os Centros de Tradição Gaúcha (CTGs), por seus 70 anos; a Comissão Gaúcha do Folclore, também com 70 anos; o Partenon Literário, com 150 anos de fundação; e a Sociedade Gaúcha de Lomba Grande, que tem 80 anos. Autora do requerimento para a homenagem, ao lado

dos senadores Lasier Martins (PSD-RS) e Paulo Paim (PT-RS), Ana Amélia lembrou que os CTGs, devido à “diáspora de bombachas”, têm nas últimas décadas enriquecido a cultura de todo o Brasil com a força das tradições gaúchas.

“A presença dos gaúchos Brasil afóra é enorme, contribuindo especialmente no desenvolvimento da agricultura em diversas localidades. Não há nenhum estado neste país em que não existam ao menos um CTG, graças à diáspora de bombachas”, disse a senadora, acrescentando que o “espírito gaúcho” já se faz sentir mundialmente, pois já teve a oportunidade de visitar CTGs até na China, na Rússia e nos EUA (Ag.Senado).

## Benítez venceu eleição e promete um Paraguai sem divisões

O novo presidente do Paraguai, o candidato governista Mario Abdo Benítez, de 46 anos, foi eleito assegurando a continuidade do Partido Colorado, no poder há sete décadas. No primeiro discurso como presidente eleito, ele reiterou a promessa de campanha, de combater a corrupção e prometeu nova era de união, sem “divisões estereis”.

Desde 1947, quase todos os presidentes (com exceção de um) foram colorados - inclusive o ex-ditador Alfredo Stroessner, que governou o país durante 35 anos e de quem o pai de Mario Abdo foi secretário particular. “Não posso deixar de lembrar meu pai, que foi um grande colorado”, disse Abdo, ao comemorar a eleição. A vitória foi apertada, comparada com as pesquisas de opinião, que previam uma diferença de 20% (e não de 10%) entre Abdo e Alegre.



Novo presidente do Paraguai, Mario Benítez.

“O povo votou pela unidade do Paraguai, não pela divisão. Hoje me comprometo a ser um fator de união no futuro do Paraguai”, disse Abdo. Ele promete continuar a política de incentivos fiscais do atual presidente Horácio Cartes, que

ajudou a atrair investimentos e empresas estrangeiras – muitas delas do Brasil. Nos últimos cinco anos, a economia paraguaia cresceu, em média, 6%. Um dos desafios vai ser combater a pobreza, que atinge um terço da população (ANSA).

## Acidentes com quedas levaram 161 trabalhadores à morte em 2017

No ano passado, das 349.579 comunicações de acidentes de trabalho (CATs) feitas pelas empresas ao INSS, 37.057 se referiam a quedas – 10,6% dos registros. As ocorrências chamam a atenção pela gravidade. Entre os acidentes fatais de trabalho no último ano, as quedas representaram 14,49% do total. Das 1.111 mortes em ambiente de trabalho registradas no ano passado, 161 foram causadas por quedas.

Os dados revelam que os locais onde mais acontecem acidentes por queda são a construção civil, o transporte de carga, o comércio e hospitais. Esses acidentes geralmente têm relação com escadas, andaimes e estruturas e veículos motorizados. No ano passado, 56 trabalhadores morreram após caírem de andaimes e plataformas e 34 de veículos, como caçambas de caminhões. Somados os números de acidentes e óbitos causados por quedas entre serventes de obras

e pedreiros, trabalhadores da construção civil, foram 1.796 acidentes e 24 mortes em 2017. De acordo com o Ministério do Trabalho, há regulamentação definida para evitar esse tipo de acidente – que geralmente acontece quando as normas de segurança são desrespeitadas. A norma 35 trata do trabalho em altura e a norma 18 estabelece regras para trabalho na indústria da construção civil.

Os motoristas de caminhão sofreram 1.782 quedas e foram registradas 16 mortes em 2017. De acordo com especialistas do Ministério do Trabalho, as quedas mais graves entre esses profissionais ocorrem durante a manipulação da carga e na subida e descida da carroceria. Isso poderia ser evitado com a instalação de cabos de aço, conhecidos como “linha de vida” ou outros pontos seguros de ancoragem para o uso de cinto de segurança contra quedas (ABR).